



# Ambiguidade do Governo não altera êxito da visita de Samora Machel

Depois do Papa nenhum chefe de Estado pode orgulhar-se de ter tido em Portugal uma recepção comparável à que a generalidade do povo português proporcionou ao presidente Samora Machel, ultrapassando barreiras ideológicas e os limites da geografia eleitoral. De Lisboa ao Porto, da Batalha a Guimarães, de Sintra ao Estoril, por toda a parte o presidente moçambicano foi acarinhado, ovacionado e em toda a parte lhe foi exigido mesmo em pessoa o abraço que trazia do moçambicano. Este é o grande resultado da viagem e quem a seguiu nos seus mais directos pormenores teve possibilidade de aperceber-se que era este o resultado que procurava a delegação da República Popular de Moçambique.

A atitude do Governo português que numa já habitual contradição entre as palavras e os actos não quis traduzir em acordos com efectivo conteúdo prático este momento histórico acabou assim diminuída. Aquilo que poderia ter sido uma grande vitória do Governo transformou-se numa derrota. O Governo virou contra si próprio as armas que lhe foram oferecidas para uma grande ofensiva da política externa portuguesa na África Austral chegou mesmo a «amuar» e permitiu que a vitória política e moral do Presidente da República fosse ainda mais volumosa. Só que, não temos dúvidas em afirmá-lo Eanes desejaria mais a vitória do País, do que a vitória pessoal.

## Dois países

A visita de Samora Machel, entre outras coisas, veio mostrar uma situação muito curiosa: é que há neste País dois países. Um é o país real dos trabalhadores, dos estudantes, dos intelectuais, dos reformados, dos empresários que trabalham com sentido colectivo etc. Outro é o «País Governamental», constituído por uma estranha classe política que, chegando ao poder através do sufrágio popular, consegue estar permanente-

mente em confronto com aqueles que a apoiaram.

Isto vem a propósito da visita de Samora Machel e dos tratados assinados pelo Governo português de tal modo vagos na sua generalidade, que a delegação moçambicana esteve quase para não comparecer à assinatura.

O tratado de amizade e cooperação é válido por dez anos, taci-

nómica, técnica, cultural, etc., são os mais distantes. Esperemos que não se procure a mesma política para os novos países africanos de Língua portuguesa.

## O culto da ambiguidade

Há circunstâncias políticas em que acordos deste tipo entre Estados não possam ser mais que vagas declarações de intenção mas no caso de

em vigor depois de trocados os instrumentos de ratificação, em princípios de 1984 quando for a Moçambique uma delegação portuguesa chefiada por Jaime Gama, já convidado pelo presidente Samora Machel.

O alargamento da cooperação económica, através do reforço e alargamento da cooperação industrial, comercial, agrícola, pesqueira, técnica, científica e tecnológica, é evidentemente contemplada mas não foi visível qualquer gesto de boa-vontade para criar as condições para desenvolver essa cooperação, designadamente no desbloqueamento de linhas de crédito. É tudo muito reticente. Para não se dizer que não abrem novos créditos dizem que «foi decidido manter até ao fim de 1983 os limites de crédito estabelecidos pelo acordo financeiro entre os bancos centrais». E para nada arriscar nem comprometer, acrescenta que eles negociarão ainda em 1983 um «eventual» acréscimo do limite global desse acordo.

Em termos práticos os tratados têm forma mas só terão conteúdo quando o governo quiser, quando o indispensável era que tivessem também conteúdo desde já.

De concreto só nos apareceu naqueles documentos a construção e funcionamento de um centro de formação profissional integrado no projecto do ferro e do aço com a capacidade inicial de 100 alunos, final de 500.

Quem há dez anos ousasse prever que neste ano de 1983, Samora Machel seria recebido em Portugal como chefe do Estado de Moçambique, que visitaria uma unidade militar para homenagear os soldados portugueses mortos na guerra colonial, seria considerado como um louco. E no entanto... Por isso, sabe-o Samora Machel e sabe-o Ramalho Eanes, a grande estrada está aberta.

## O protocolo

A visita de Samora Machel foi um êxito. Antes de tudo um êxito para o País, para o seu futuro, para os seus interesses a curto, médio e longo prazo.

Para isso, dentro da sua esfera de acção muito contribuíram os jornalistas e o próprio presidente Samora Machel, lhes dirigiu uma saudação especial de agradecimento à despedida, no aeroporto.

Mas parece ter havido pessoas não interessadas nesse êxito nem na divulgação que os órgãos de Comunicação Social deram à visita.

O comportamento do chefe do Protocolo português, dr. Mendonça e Cunha para com os jornalistas foi absolutamente inqualificável. Tentou excluí-los de tudo, dos aspectos mais significativos das várias cerimónias, impediu tudo quanto pôde, por vezes de uma forma insólita e imprópria de quem exerce tais funções.

Em Queluz, no banquete oferecido por Samora Machel, tentou fechá-los numa sala, completamente isolados do acontecimento.

Ao ver actuar aquele homem quase sentimos calafrios e o temor de termos caído num buraco do tempo e ver entrar a qualquer momento Ramalho Eanes e na fachada do Palácio tremulava a Bandeira da República Popular de Moçambique. Estávamos mesmo em 1983. O chefe do Protocolo português é que não estava.

Felizmente que nem tudo o que veio do Ministério dos Negócios Estrangeiros foi mau. Se há casos a lamentar há também algo a elogiar. Por exemplo o acompanhamento aos jornalistas moçambicanos pelo elemento daquele Ministério destacado para lhes dar apoio. Não era embaixador, mas foi um bom embaixador e salvou muitas situações desagradáveis.

A. V.

tamente prorrogáveis por períodos sucessivos de cinco anos.

O Governo tenta convencer a opinião pública de que o acordo é excelente e uma fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros chegou mesmo a declarar à ANOP que ele «tem uma amplitude só comparável às dos que Portugal anteriormente assinara com a Espanha e o Brasil.»

Sendo assim é caso para apreensões. Veja-se o que são hoje as nossas relações com esses dois países. São os mais próximos de nós, um pela geografia outro pela língua, mas em termos de cooperação eco-

Moçambique impunham-se coisas mais concretas. Os acordos, com excepção de um ou outro aspecto, são tão desprovidos de conteúdo como os discursos da nossa classe política.

Os signatários «comprometem-se a desenvolver e fomentar relações de cooperação entre Portugal e Moçambique de acordo com as potencialidades de cada um dos países».

O tratado de amizade e cooperação contempla os domínios da ciência, ensino, cultura, artes, comunicação social, turismo e desporto e só entrará